

Para além da conjuntura eleitoral

Em tempos de disputas eleitorais, predominam propostas e programas governamentais orientados por conjunções discursivas mais genéricas, mas paradoxalmente configurados em propostas de intervenções mais pontuais ou específicas. As pautas e enredos denotam o empenho em sintonizar com o chamado ‘senso comum’ e com expectativas de curto prazo. As mensagens eleitorais tendem a enfatizar a vontade política e a aura de competência administrativa dos candidatos, muitas vezes consubstanciadas em projeções de panaceia resolutive. Nestas conjunturas específicas, são constantemente lembradas e enfatizadas as situações e problemas genoestruturais que, contudo, permanecem como paisagem e anteparo discursivo para proposições fenotípicas de maior apelo.

Passadas as eleições, os planos e projetos eleitorais, de governo e oposição, tendem a retornar ao limbo, subsumidos e subordinados a outras razões práticas e graduação de tempos. Emergem então, em tons mais pragmáticos, outros conteúdos propositivos, desta feita: circunscritos aos prazos administrativos, dependentes da disponibilidade de recursos e capacidade operativa, carentes de intermediações políticas, imbricados em composições e manobras de governabilidade.

Em tempos de gestão governamental cotidiana, prepondera a tensão por um determinado tipo de governabilidade, muitas vezes sob a égide do mercado político. Em tal premissa e perspectiva, importa estabilizar uma ‘maioria palaciana’, notadamente a partir de estratégias de intercâmbio, com premiação por adesão, de modo a permitir a melhor condução dos projetos interpostos e recompostos. Buscam-se, então, mediações entre interesses particulares e públicos, sob as regras do ‘jogo’ convencional de representação política.

Em tais circunstâncias, a luta por garantias de direitos sociais, as iniciativas de mudanças mais substanciais ou de consolidação para reformas de políticas públicas dependem muito mais da constituição de outro tipo de governabilidade, estabelecida na planície e com as praças. Confluência de outros cenários e atores sociais, poliarquia de seres políticos na esfera pública

proativos e implicados com a radicalidade democrática e com o tensionamento pela causa, interesses e direitos do povo. Mesmo sob a direção e condução de governos mais comprometidos com tais responsabilidades, o trato com *res publica* jamais pode prescindir de tal implicação e proatividade civis para além dos palácios, parlamentos e jogos convencionais da representação de interesses.

No caso brasileiro, postos em salvaguarda significativos avanços alcançados em políticas governamentais nos últimos anos, persistem dívidas de direitos sociais, evidencia-se a segmentação de políticas sociais e avolumam-se demandas para a consolidação de reformas estruturais em andamento. Além disso, proliferam insinuações, versões e iniciativas de transgressão constitucional, de rumo e de rota para políticas públicas universais, como as de Seguridade Social.

Mais especificamente no setor de Saúde, convém evidenciar a não-regulamentação de dispositivos constitucionais imprescindíveis para o financiamento, para a coordenação interfederativa, e para o amparo na jurisprudência acerca da mediação entre direitos individuais e coletivos no consumo de recursos e insumos. Denotar evidências de renúncia e transferência de responsabilidades e de prerrogativas de gestão pública, da parte de dirigentes governamentais, a partir da interposição de agenciamentos colaterais e de modalidades de privatizações gerenciais. Realçar a insuficiência de perspectiva estratégica e de antecipação logística em relação a fenômenos sociais em curso (transição demográfica, emergência de novos estratos de renda e consumo, distinção de perfis de desigualdade no acesso a bens e serviços públicos etc.) que requerem investimentos e alterações substanciais nos modelos de atenção à saúde, com ênfase nos preceitos de equidade e integralidade. Destacar a necessidade de maior vitalidade e criatividade da participação popular nas instâncias de controle social e outros espaços da esfera pública, no incremento de meios e modos de democracia participativa.

Convém, ainda, demonstrar os significativos impactos e benefícios econômicos decorrentes dos investimentos e do custeio tributário em políticas sociais, sob a gestão pública. Disputar o convencimento sobre a legitimidade e efetividade das políticas e sistemas públicos perante as ofensivas e alternativas de mercado.

Para o setor de Saúde, observa-se na agenda eleitoral o predomínio de propostas de investimentos e incremento na oferta de serviços assistenciais de consumo imediato, pronto atendimento. Assim como serviços muito úteis e

imprescindíveis para a população, que não podem estar descontextualizados da matriz de princípios e diretrizes do SUS, de seu elenco de prioridades.

Para além da conjuntura eleitoral, o desafio é retomar e ampliar a agenda e dinâmica da Reforma Sanitária brasileira; suplantar o seu acrisolamento de caráter subalterno, mais dependente de governabilidade palaciana e de integração sistêmica (auto)regulada pela economia de mercado. Isso não significa desprezar a importância das articulações, mobilizações e (dis)posições de âmbito governamental, deixar de tensionar e disputar os alinhamentos mais compatíveis e coerentes com projetos políticos catalisadores em termos de produção social de saúde, ampliação de direitos sociais, incremento da transparência e da democracia participativa.

Em sua vocação histórica, o CEBES advoga e reitera: democracia é saúde! O que implica em práxis permanente, recriação e pró-atividade pela Reforma Sanitária.

A DIRETORIA NACIONAL